

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. (“Banco”) correspondentes às atividades desenvolvidas durante os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria.

A Instituição:

O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, especializado, em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos.

Inicialmente concebido para oferecer produtos financeiros, principalmente na área de crédito, para clientes e parceiros do Grupo VR, o Banco ao longo de sua história desempenhou papel estratégico suportando a empresa VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A em suas operações de Benefícios PAT e de Processamento e Captura de Transações.

O Banco possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao CDI, sendo aproximadamente 0,26% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,74% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo.

Os recursos captados pela instituição são aplicados substancialmente em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Em um cenário de estresse, a instituição possui capacidade de liquidação de 100% de suas obrigações com clientes.

O Banco utiliza um sistema para controle mensal das posições de risco ao planejamento de novos negócios para monitoramento e controle do capital, neste sistema, utilizamos a parametrização de cenários (carteiras e índices econômicos), com objetivo de simular as peças contábeis e a “Basiléia” em um horizonte de 5 anos.

O Banco estima que seus produtos de tesouraria e investimentos, tenham um crescimento, baseado no mercado monetário que envolve operações de curto prazo, negociando os papéis emitidos pelo Tesouro Nacional e CDI por instituições privadas.

Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos.

Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição.

Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições.

Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital.

Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

A Administração



Banco VR S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco VR S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Thais Helena Ferreira Farat Cosentino
Contadora CRC 1SP260324/O-0

BANCO VR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	2025	Passivo	2025
Disponibilidades (nota 4)	4	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	668.281
Instrumentos financeiros	713.247	Depósitos (nota 12)	668.281
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	301.299	Relações interdependências	-
Relações interfinanceiras (nota 6)	352.030	Relações interfinanceiras	-
Operações de Créditos (nota 7)	59.918	Outros passivos (nota 13)	21.547
Outros instrumentos financeiros	15.045	Cobrança e arrecadação de tributos Sociais e estatutárias	188 1.395
Outros créditos (nota 8)	15.045	Fiscais e previdenciárias (nota 15)	10.831
Outros Valores e Bens	2.176	Diversas	9.133
Ativos não financeiros mantidos para venda (nota 9)	2.176	Patrimônio líquido (nota 17)	47.024
Investimentos	6.206	Capital de domiciliados no país	99.738
Participação em controlada no país (nota 10)	6.206	Reservas	8.445
Imobilizado (nota 11)	13	Ajuste de Avaliação	271
Outras imobilizações de uso (Depreciação acumulada)	70 (57)	Prejuízos acumulados	(61.430)
Intangível	161		
TOTAL DO ATIVO	736.852	TOTAL DO PASSIVO	736.852

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2025</u>	<u>2025</u>
Receitas da intermediação financeira	37.553	66.777
Rendas de Empréstimos (nota 18)	12.545	17.426
Resultado de operações com aplicações interfinanceiros e títulos e valores mobiliários (nota 18)	25.008	49.351
Despesas da intermediação financeira	(42.357)	(80.701)
Operações de captação no mercado (nota 20)	(42.357)	(80.701)
Resultado bruto da intermediação financeira	(4.804)	(13.924)
Outras receitas operacionais	30.044	61.638
Receitas de prestação de serviços (nota 21)	26.264	49.138
Resultado de participação em controladas (nota 10)	110	313
Outras receitas operacionais (nota 23)	3.670	12.187
Outras despesas operacionais	(18.997)	(32.836)
Despesas de pessoal	(3.816)	(7.864)
Outras despesas operacionais (nota 24)	(2.668)	(5.121)
Outras despesas administrativas (nota 22)	(11.258)	(17.440)
Despesas tributárias	(1.255)	(2.411)
Resultado antes da tributação	6.243	14.878
Imposto de renda e contribuição social (nota 14)	(2.232)	(3.079)
Provisão de IRPJ e CSLL	(2.368)	(3.497)
Ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	136	418
Lucro líquido do semestre/exercício	4.011	11.799
Lucro por lote de mil ações - R\$	0,99	2,91

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2025</u>	<u>2025</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	4.011	11.799
Outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários	_____	_____
Resultados abrangentes do semestre/exercício	<u>4.011</u>	<u>11.799</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas			Ajuste de avaliação	Outros resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
	Capital realizado	Reservas de capital	Reserva legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	99.738	544	7.901	-	(8)	(73.229)	34.946
Ativos Financeiros ao Valor Justo	-	-	-	-	8	-	8
Efeito da adoção da Resolução 4966/21 (nota 17)	-	-	-	271	-	-	271
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.799	11.799
Saldos em 31 de dezembro de 2025	99.738	544	7.901	271	-	(61.430)	47.024
Saldos em 30 de Junho de 2025	99.738	544	7.901	271	-	(65.441)	43.013
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	4.011	4.011
Saldos em 31 de dezembro de 2025	99.738	544	7.901	271	-	(61.430)	47.024

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (METODO INDIRETO)
PARA O SEMESTRE E EXERCICIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício
	<u>2025</u>	<u>2025</u>
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	6.791	16.794
Lucro do semestre/exercício	4.011	11.799
Ajustes ao lucro do semestre		
Depreciações e amortizações	26	54
Resultado de participação em controlada	(110)	(313)
Provisões (reversão) para riscos	11	11
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	621	2.157
Ajuste TVM de Mercado	-	7
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	2.368	3.497
Imposto de renda diferido	(136)	(418)
Variação em Ativos e Passivos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	20.526	(55.773)
Redução das aplicações em depósitos interfinanceiros	(96.276)	(96.778)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	-	37.548
(Redução) aumento de depósitos	176.584	51.095
Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(2.485)	(357)
(Aumento) redução de outros créditos	(1.302)	3.560
(Redução) aumento de outras obrigações	(37.575)	(6.761)
(Aumento) operações de créditos	(13.669)	(38.206)
(Aumento) outros valores e bens	(2.176)	(2.176)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.575)	(3.698)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades Operacionais	27.317	(38.979)
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	27.317	(38.979)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	273.986	340.282
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	301.303	301.303
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	27.317	(38.979)
	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, especialmente ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco VR S.A. ("Banco" ou "Instituição"), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Política de Equidade e Indicadores de Gênero

(Art. 133, §6º, da Lei nº 6.404/76, incluído pela Lei nº 15.177/2025)

O Banco VR S.A. adota princípios de equidade, diversidade e não discriminação em seus processos de recrutamento, seleção, desenvolvimento e remuneração de seus colaboradores, observando a legislação aplicável, as normas regulatórias do Sistema Financeiro Nacional e suas políticas internas de gestão de pessoas. As práticas adotadas têm como objetivo assegurar igualdade de oportunidades, respeito às diferenças e tratamento isonômico entre profissionais que ocupam cargos e funções similares, independentemente de gênero.

a) Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico

A composição do quadro de colaboradores do Banco VR S.A., segregada por gênero e por níveis hierárquicos, encontra-se resumida a seguir:

Quadro funcional total:

Exercício de 2025: 03 mulheres e 11 homens

Exercício de 2024: 05 mulheres e 08 homens

Cargos de liderança e gestão:

Exercício de 2025: 00 mulheres e 03 homens

Exercício de 2024: 00 mulheres e 03 homens

b) Mulheres em cargos de administração

No exercício de 2025, os cargos de administração do Banco VR S.A. (Diretoria e demais órgãos estatutários, quando aplicável) foram ocupados integralmente por profissionais do sexo masculino.

No exercício de 2024, a composição dos cargos de administração apresentava a mesma configuração, não havendo participação feminina nesses níveis hierárquicos em ambos os exercícios analisados.

c) Demonstrativo de remuneração por gênero

A remuneração dos colaboradores do Banco VR S.A., considerada de forma agregada e para cargos ou funções similares, contempla os seguintes componentes: remuneração fixa, variável e eventual.

De forma consolidada, não foram identificadas distorções relevantes de remuneração entre homens e mulheres que ocupam funções equivalentes, observadas as políticas internas, os critérios de mérito, desempenho, responsabilidade e complexidade dos cargos.

d) Evolução comparativa dos indicadores

Os indicadores apresentados nos itens (a), (b) e (c) refletem a evolução comparativa entre os exercícios de 2024 e 2025, permitindo acompanhamento da composição do quadro funcional, da participação feminina em posições de liderança e da estrutura remuneratória ao longo do período.

Panorama dos Negócios e Atividades

O Banco VR S.A. é uma instituição financeira constituída sob a forma de banco múltiplo, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 1.524/88, com atuação nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

A Instituição é especializada em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos, tendo sido originalmente concebida para ofertar soluções financeiras, principalmente de crédito, aos clientes e parceiros do Grupo VR. Ao longo de sua trajetória, o Banco desempenhou papel estratégico no suporte às operações da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A., especialmente nos negócios relacionados a Benefícios PAT e processamento e captura de transações.

Desempenho e Atividades do Exercício

Durante o exercício de 2025, o Banco manteve foco em uma estratégia conservadora de gestão de ativos e passivos, priorizando liquidez, solidez patrimonial e aderência regulatória.

A principal fonte de captação da Instituição permaneceu sendo os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) indexados ao CDI, dos quais aproximadamente 0,10% foram emitidos aos acionistas/controladores e cerca de 99,90% a empresas ligadas ao Grupo VR.

Os recursos captados foram aplicados substancialmente em operações de elevada liquidez no mercado financeiro, especialmente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais (Selic), assegurando elevada capacidade de honrar obrigações financeiras. Em cenários de estresse, o Banco demonstra capacidade de liquidação de 100% de suas obrigações com clientes.

Principais Eventos do Exercício

Em 9 de setembro de 2025, foi celebrado o Acordo de Cotistas da Classe Única do V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada (V CDT 1 FIDC), fundo constituído sob a forma de condomínio fechado.

O objetivo econômico da estrutura é financiar, por meio da aquisição de direitos creditórios, operações originadas no âmbito do grupo econômico VR, com governança compartilhada entre VR e FIC Zeta, além da participação do grupo econômico BTG na gestão, administração e estruturação do fundo.

O Banco VR S.A. não participa da estrutura como cotista, atuando como interveniente e prestador de serviços à Classe e ao Fundo, exercendo, entre outros, os seguintes papéis:

- *Bancarização das operações;*
- *Oferta e endosso de direitos creditórios;*
- *Coordenação operacional com a VR Benefícios;*
- *Participação em contratos operacionais relacionados à estrutura.*

Gestão de Riscos e Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, atualizada pela Resolução CMN nº 5.207/2025, o Banco dispõe de estruturas contínuas e integradas de gerenciamento de riscos e de capital, compatíveis com a natureza de suas operações, complexidade de seus produtos e perfil de risco.

Risco Operacional

O Banco possui política específica para gerenciamento do risco operacional, bem como estrutura destinada ao mapeamento, monitoramento e registro de incidentes operacionais. Está em desenvolvimento uma base histórica de dados de perdas, permitindo o aprimoramento contínuo dos controles e mitigadores de risco.

Risco de Mercado e Liquidez

A Instituição mantém política formal de gerenciamento do risco de mercado e liquidez, supervisionada por comitê específico vinculado à Presidência, com participação de membro externo à organização. São definidos e monitorados limites de exposição, incluindo VaR, testes de estresse, descasamento de prazos e níveis mínimos de liquidez. A Gerência de Riscos realiza o acompanhamento diário das exposições e reporta periodicamente ao comitê.

Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito é realizado por meio de comitê responsável pela análise, aprovação e acompanhamento das operações, bem como pela definição de limites e monitoramento da qualidade das exposições ao longo do tempo.

Gerenciamento de Capital

O Banco mantém políticas e estruturas adequadas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os impactos de suas atividades e projeções financeiras sobre o capital regulatório. Utiliza sistema interno que permite simulações de cenários econômicos e de carteiras, incluindo projeções das demonstrações financeiras.

Governança Corporativa e Ouvidoria

O Banco VR S.A. adota práticas de governança compatíveis com seu porte e complexidade operacional, assegurando transparência, segregação de funções e adequada supervisão dos riscos.

Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria, em atendimento à Resolução CMN nº 4.433, com a finalidade de assegurar a observância das normas legais e regulamentares relativas à proteção dos direitos dos clientes, bem como atuar como canal de comunicação entre a Instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

Perspectivas e Tendências

Para o exercício de 2026, a Administração projeta a continuidade da estratégia conservadora, com ênfase em liquidez, eficiência operacional e robustez de capital. Espera-se crescimento gradual dos produtos de tesouraria e investimentos, alinhado às condições do mercado monetário, com foco em operações de curto prazo e negociação de títulos públicos federais e instrumentos indexados ao CDI.

A Instituição seguirá avaliando oportunidades que estejam aderentes ao seu perfil de risco, mantendo rigor na gestão prudencial e no cumprimento das exigências regulatórias.

A Administração

BANCO VR S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco VR S.A. (“Banco” ou “Instituição”) opera como banco múltiplo, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. A sede do Banco está localizada em São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes, 460, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04553-900, São Paulo – SP.

O Banco possui 4 acionistas, sendo o majoritário Szajman Participações Societárias S.A. com 99,42% de participação.

Atualmente o Banco opera com a antecipação de recebíveis a empresas ligadas além da aplicação em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Possui como principal fonte de captação Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) indexados ao DI, sendo aproximadamente 0,10% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores e 99,90% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo.

Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota 25. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência internacional, ainda não recepcionadas pelo CMN ou pelo Bacen.

a. Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

I. Resolução CMN nº 4.966/21 e normativos complementares: Estabelece definições e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e hedge accounting. Os temas abordados abrangem: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e iv) evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros. A norma está entre as medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), em vigor em 01.01.2025.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão, a partir de 1º de janeiro de 2025, observar os critérios contábeis para classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e provisionamento de instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (hedge accounting).

A metodologia de apuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, segue os padrões internacionais de gestão de riscos, especificamente os conceitos da norma IFRS 9. Aqui estão os principais pontos:

- Estágios de Risco
- Modelos de Perda Esperada

A classificação dos ativos financeiros em estágios de risco segue os princípios da IFRS 9, sendo baseada na avaliação da deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Os critérios de migração entre estágios consideram:

Estágio 1: ativos sem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A provisão é calculada com base na perda esperada para 12 meses.

Estágio 2: ativos com aumento significativo do risco de crédito. A provisão é calculada com base na perda esperada durante toda a vida do ativo.

Estágio 3: ativos com evidência objetiva de perda (inadimplência). A provisão também considera a perda esperada ao longo da vida.

A migração entre estágios ocorre com base em indicadores como atraso nos pagamentos, reestruturações, classificação interna de risco e outras evidências qualitativas. A cura (retorno a estágio anterior) é permitida quando há melhora substancial e sustentada no perfil de risco do ativo, conforme critérios definidos na política de crédito da instituição.

O Banco adotou o Modelo Simplificado para a apuração das provisões. Esse modelo, adequado para instituições menores, atende aos requisitos da IFRS 9, mas com menor complexidade. A adoção do modelo simplificado teve impacto contábil, o qual está refletido no Patrimônio Líquido da instituição, conforme evidenciado nas demonstrações financeiras

O Banco VR adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 e optou pela dispensa da apresentação nas Demonstrações Financeiras dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Com o objetivo de melhor compreensão destas Demonstrações Financeiras, foram incluídas informações suplementares no Balanço Patrimonial e Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, que corresponde aos saldos de 31 de dezembro de 2024, ajustados com os novos conceitos na data inicial da vigência da Resolução CMN nº 4.966/21.

Os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 no balanço de abertura foram refletidos nos saldos ajustados, totalizando R\$ 271.

II. Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023 estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), moeda funcional do Banco. A administração optou por apresentar os ativos por ordem de liquidez e os passivos por ordem de exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentada em nota explicativa.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros são classificados e mensurados com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa. As categorias de mensuração adotadas são:

- **Custo Amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais e realizar vendas, desde que os fluxos sejam exclusivamente de principal e juros.

- Valor Justo por Resultado (VJR): ativos que não se enquadram nas categorias anteriores ou cuja designação visa eliminar inconsistências contábeis.

d) Relações Interfinanceiras

Valores a receber junto a empresas ligadas, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais).

e) Operações de crédito e Provisão para perda esperada

As operações de crédito são reconhecidas como ativos financeiros e mensuradas conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, alinhada à norma internacional IFRS 9 e ao Pronunciamento Técnico CPC 48.

A instituição adota o modelo de perda esperada em três estágios, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21:

- Estágio 1: ativos sem aumento significativo de risco – provisão com base na perda esperada para 12 meses.
- Estágio 2: ativos com aumento significativo de risco – provisão com base na perda esperada ao longo da vida do ativo.
- Estágio 3: ativos com evidência objetiva de perda – provisão integral com base na perda esperada.

A avaliação considera fatores internos e externos, como indicadores macroeconômicos, histórico de pagamento, reestruturações e atrasos superiores a 30 dias. A metodologia utilizada é a simplificada, conforme permitido para instituições de menor porte.

f) Outros créditos

São representados substancialmente por depósitos judiciais representados substancialmente por valores vinculados a processos judiciais, nos quais a instituição figura como parte. Esses ativos são registrados com base em seus valores históricos, conforme os comprovantes de depósito emitidos pelas instituições financeiras responsáveis pela custódia dos recursos.

g) Investimentos

Os investimentos em controlada são registrados pelo método da equivalência patrimonial.

h) Imobilizado de uso

É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

i) Intangível

Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável.

j) Valor recuperável de ativos

A instituição observa os procedimentos definidos pela Resolução CMN nº 4.924/2021. Essa norma estabelece os princípios gerais para o reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil, incluindo a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos.

k) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas, passivas e obrigações legais são efetuados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, com alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.116/2024.

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n.º 13.169 em 06 de outubro de 2015.

Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional n.º 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	20,00%	ISS até	5,00%

m) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da instituição utilize julgamento técnico para formular estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações. Essas estimativas são elaboradas com base nas melhores informações disponíveis na data de encerramento do exercício, considerando fatores internos e externos, inclusive projeções econômicas e riscos operacionais, tais como: (i) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa; (ii) Impairment de Ativos; (iii) Contingências Ativas e Passivas; (iv) Realização de Prejuízo Fiscal e Créditos Tributários. Os valores efetivos de liquidação dos ativos e passivos podem diferir das estimativas apresentadas, especialmente em cenários de instabilidade econômica ou mudanças regulatórias. A Administração revisa continuamente suas premissas para refletir as condições atuais e futuras do mercado.

n) Resultado recorrente / não recorrente

Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro do Banco no exercício de 2025, no montante de R\$ 11.799 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

31/12/2025

Disponibilidades	4
Aplicações em operações compromissadas (*)	<u>301.299</u>
	<u>301.303</u>

(*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, cujo prazo inicial de aplicação e vencimento não é superior a 90 dias, e que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

31/12/2025

Aplicações no mercado aberto - Posição bancada (a)	<u>301.299</u>
Letras do tesouro nacional	301.299
	<u>301.299</u>

(a) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, com rendimento pré-fixado de 14,90% a.a. e vencimento em 02/01/2026. Essas operações são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, por se tratarem de aplicações mantidas com o propósito de negociação e gestão ativa da liquidez de curto prazo., conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratar de ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por principal e juros. essas operações seriam classificadas como Nível 2, pois os preços dos títulos públicos utilizados como lastro são observáveis no mercado, mas não diretamente cotados para os ativos específicos da operação.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

São obrigações classificadas como Passivos Financeiros avaliados ao Custo Amortizado, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21. A classificação decorre da natureza contratual dos fluxos de caixa, que envolvem exclusivamente pagamentos de principal e encargos financeiros, e da intenção da instituição de liquidar essas obrigações conforme os termos originais. A mensuração pelo custo amortizado considera o valor original da obrigação, ajustado pelos custos de transação e pela amortização da diferença entre o valor inicial e o valor de vencimento, com base na taxa efetiva de juros.

31/12/2025

Pagamentos e recebimentos a liquidar (1)	335.324
Créditos vinculados (2)	16.660
Correspondentes	<u>46</u>
Total	<u>352.030</u>
Curto prazo	<u>352.030</u>

(1) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) com prazo médio de 30 a 90 dias, sem valores em atraso, sendo remunerado a taxa de 125% do CDI em 2025, a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

(2) O saldo da reserva SPI refere-se aos valores mantidos nas Contas de Pagamento Instantâneo (Contas PI), utilizadas exclusivamente para a liquidação de transações instantâneas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), operado pelo Banco Central do Brasil. Essas contas são utilizadas para viabilizar operações realizadas via PIX, garantindo liquidez imediata entre as instituições participantes do sistema. Os recursos mantidos nessas contas são remunerados em 100% do CDI, conforme regulamentação vigente.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2025, as operações de crédito realizadas no setor privado com pessoas jurídicas e os respectivos níveis de risco e provisionamento estavam apresentados como segue:

Operações de Crédito por tipo	<u>31/12/2025</u>
Pessoas Físicas	<u>50.917</u>
Crédito Consignado	7.306
FGTS	43.611
Pessoas Jurídicas	<u>11.208</u>
Crédito Fácil	11.208
Total de operações de crédito	<u>62.125</u>
Ajuste ao valor justo	429
Custos de transação e receitas incluído	(479)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	<u>(2.157)</u>
Total líquido de perda associada ao risco de crédito	<u>59.918</u>

a) **Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito:**

	31/12/2025			Total
	Crédito Consignado	FGTS	Crédito Facil	
A vencer				
De 0 a 14 dias	(33)	(818)	(191)	(1.042)
De 15 a 30 dias	(2)	-	-	(2)
De 31 a 60 dias	(18)	-	(52)	(70)
De 61 a 90 dias	(31)	-	-	(31)
Acima de 90 dias	(407)	(26)	(579)	(1.012)
Saldo	(491)	(844)	(822)	(2.157)

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	31/12/2025
Saldo no início do exercício	(271)
(-) Ajustes devido Adoção Inicial da Resolução 4.966/21	271
(+) Adições (reversões) de Provisão	(2.157)
Saldo no fim do exercício	(2.157)

b) **Abertura da Carteira de Crédito por Estágio de Risco:**

Estágio	Saldo Bruto	Provisão Constituída	Saldo Líquido
Estágio 1	60.112	(1.044)	59.068
Estágio 2	599	(101)	498
Estágio 3	1.364	(1.012)	352
Total	62.074	(2.157)	59.918

O saldo bruto por estágio de risco representa o valor total das operações classificadas conforme os estágios de risco de crédito, conforme previsto na regulamentação vigente.

Esse saldo é composto pela soma do valor contratual das transações, acrescido dos custos de transação e das receitas diretamente atribuíveis à operação, que foram considerados na apuração da taxa efetiva de juros.

A apresentação por estágio de risco tem como objetivo evidenciar a exposição bruta da instituição ao risco de crédito, antes da dedução da provisão para perdas esperadas, permitindo melhor análise da qualidade da carteira e dos critérios de mensuração adotados.

A Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, adota um modelo baseado nos conceitos da norma internacional IFRS 9 para a contabilização de instrumentos financeiros.

A adoção da nova norma gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da instituição, entre os quais destacam-se:

- Reclassificação de ativos financeiros conforme modelo de negócios e características dos fluxos de caixa contratuais;
- Alterações na mensuração de instrumentos financeiros, com maior uso de valor justo;
- Mudança na metodologia de provisão para perdas esperadas, com aumento sensível nos saldos provisionados;
- Impacto no patrimônio líquido, decorrente da aplicação retrospectiva e ajustes de transição.

8. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2025</u>
Devedores por depósitos em garantia (nota 16.a)	10.513
Impostos a compensar	1.641
Ativo Fiscal Diferido	418
Outros	<u>2.473</u>
	<u>15.045</u>
Curto Prazo	4.532
Longo Prazo	10.513

9. OUTROS VALORES E BENS

O Banco nhia recebeu o imóvel localizado na Avenida Portugal nº 1695–1713, em decorrência de ganho de ação judicial transitada em julgado, resultando na expropriação e adjudicação do referido bem em favor da Instituição. O bem foi reconhecido contabilmente pelo valor de R\$ 2.176, registrado como Ativos não financeiros mantidos para venda.

10. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS

a) Participação em controlada no país

VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	
Controlada	
31/12/2025	
% de participação	<u>95,46%</u>
Capital social	
Patrimônio Líquido	6.501
Lucro (prejuízo) líquido	328
Valor contábil do investimento	6.206
Resultado de participação em controlada	313

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com o balanço na data-base de 31 de dezembro de 2025.

11. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2025		
		<u>Custo corrigido</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Máquinas e equipamentos	10	6	(5)	(1)
Móveis e equipamentos	10	2	(2)	-
Equipamentos informática	20	<u>62</u>	<u>(50)</u>	<u>(12)</u>
		<u>70</u>	<u>(57)</u>	<u>(13)</u>

12. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	<u>31/12/2025</u>
Depósitos à vista	1.090
Depósitos a prazo	660.207
Depósitos interfinanceiros	6.382
Outros Depósitos	<u>602</u>
	<u>668.281</u>
Curto Prazo	8.788
Longo Prazo	659.493

31/12/2025

Vencimentos	
Até 3 meses	1.692
De 3 a 12 meses	7.096
De 1 a 5 anos	<u>659.493</u>
	<u>668.281</u>

As operações de captação no mercado são representadas substancialmente por depósitos a prazo, contratados junto a clientes e investidores institucionais, com o objetivo de financiar as atividades da instituição e compor sua estrutura de passivos.

Esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratarem de obrigações contratadas com pagamento de principal e juros em datas determinadas.

A principal fonte de captação são CDB's pós-fixados indexados ao 97% do CDI, vencimento entre 02/09/2026 a 30/04/2030, sendo aproximadamente 0,10% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,90% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 25).

13. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/12/2025</u>
Provisão para riscos fiscais (nota 15.b)	9.913
Provisão para impostos e contribuições a recolher	917
Provisão para pagamentos a efetuar	5.407
Compensação de recebimento (a)	2.929
Pagamento a fornecedor (b)	124
Outros	<u>2.257</u>
	<u>21.547</u>
Curto Prazo	11.633
Longo Prazo	9.914

- a) A rubrica compensação de recebimentos registra a movimentação correspondente ao recebimento de Transferência Eletrônica Disponível (TED) com valor igual ou superior a R\$ 200.
- b) Valores referentes a pagamentos a serem realizados aos ECs (estabelecimentos comerciais), devido a compra dos recebíveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações:

	<u>31/12/2025</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	14.878
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	6.695
Exclusões (adições):	<u>(1.615)</u>
Resultado de participação em controlada	(141)
Provisões diversas (a)	(1.563)
Outras	<u>89</u>
Prejuízo fiscal	<u>1.583</u>
Imposto de renda e contribuição social	(3.497)
Prejuízo Fiscal de base negativa	418

- a) Refere-se substancialmente à reversão de provisão para riscos fiscais e contingências, decorrente de ganho em processo de execução fiscal proposto pela Prefeitura de Barueri, relacionado à cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis.

Em 31 de dezembro de 2025 não foram constituídos créditos tributários do Banco VR S/A decorrente de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$ 7.862.

15. OUTROS PASSIVOS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>31/12/2025</u>
Impostos e contribuições a recolher	918
Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	<u>9.913</u>
	<u>10.831</u>
Curto Prazo	918
Longo Prazo	9.913

16. PROVISÃO, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas

decorrentes de processos judiciais.

a) Devedores por depósitos em garantia

	<u>Fiscais</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>14.261</u>	<u>1.165</u>	<u>15.426</u>
Baixas por ganho processo (1)	<u>(4.663)</u>	<u>(250)</u>	<u>(4.913)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>9.598</u>	<u>915</u>	<u>10.513</u>

(1) Refere-se basicamente a ganho de processo de execução fiscal proposta pela prefeitura de Barueri, referente ajuizada para a cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis.

b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza

	<u>31/12/2025</u>
Provisão para riscos fiscais (a)	9.901
Provisão para riscos trabalhistas (b)	-
Provisão para outros riscos – cíveis (b)	<u>12</u>
Total	<u>9.913</u>

(a) Classificados na rubrica “Outros passivos - Fiscais e Previdenciárias” no exigível a longo prazo, vide nota 15.

(b) Classificados na rubrica de “Outros passivos - Diversas”.

c) Movimentação das provisões para riscos fiscais e cíveis:

	<u>Fiscais</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	<u>15.729</u>	<u>1</u>	<u>15.730</u>
Constituição/atualização	470	11	481
Baixas (1)	<u>(6.298)</u>	<u>-</u>	<u>(6.298)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	<u>9.901</u>	<u>12</u>	<u>9.913</u>

1) Ganho de processo de execução fiscal proposta pela prefeitura de Barueri, referente ajuizada para a cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis, julgado improcedente, registrado em outras receitas operacionais (nota 22).

A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na melhor estimativa disponível na data-base das demonstrações financeiras, acompanha regularmente os processos judiciais aos quais a instituição está sujeita. Na data base de 31 de dezembro de 2025, o Banco não possui passivos contingentes trabalhistas classificados como perda provável.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco figura como parte em dois processos trabalhistas classificados

como risco de perda possível, no valor R\$ 13

Natureza das Provisões para Riscos Fiscais

As provisões para riscos fiscais referem-se a valores estimados para cobrir possíveis perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais relacionados a tributos federais, estaduais e municipais. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de eventos passados, e for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, com base em estimativas confiáveis, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25.

Riscos Cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo, a lei e a jurisprudência.

Riscos Fiscais e Obrigações Legais Tributárias

Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em "Outras Despesas Operacionais". O principal processo é:

- IRPJ - Ação Anulatória proposta para anular os débitos objetos dos Processos Administrativos, decorrente das compensações com saldo negativo de IRPJ do ano 2003, valor envolvido R\$ 915.

Em 31 de dezembro de 2025, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	31/12/2025		
	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas			
<u>Fiscais</u>			
Provável	-	-	-
Possível (*)	1	914	915
Remota (*)	3	8.987	9.598
<u>Trabalhistas</u>			
Provável			
<u>Cíveis</u>			
Remota (*)	1	12	-
Ativo não circulante	-	-	10.513
Passivo não circulante	-	9.913	-

(*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, ocorreu uma avaliação feita pela administração sobre os processos e apenas os que a administração entende que haja risco ou por possuírem depósitos judiciais, são considerados como processos com indicativos de risco de perda provável para o Banco, incluindo as obrigações legais existentes, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado em 31 de junho de 2025 por 4.052.039 ações ordinárias (3.808.236 ações ordinárias em 2024), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País, no montante de R\$ 99.738 (R\$ 93.738 em 2024).

O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram destinados Dividendos mínimos obrigatórios.

A Resolução CMN nº 4.966/21, alinhada ao Pronunciamento Técnico CPC 48 e à norma internacional IFRS 9, introduziu mudanças significativas na forma de classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros, bem como na constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A adoção da nova norma gerou impactos contábeis relevantes, com reflexos diretos no Patrimônio Líquido da instituição, resultou em aumento no saldo de provisões para perdas esperadas, e redução líquida no Patrimônio Líquido, decorrente da constituição adicional de provisões,

Reconhecimento de ajustes de transição diretamente no Patrimônio Líquido, conforme permitido pela norma, o impacto líquido estimado foi de R\$ 271, registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

18. RENDAS DE EMPRESTIMOS

	<u>31/12/2025</u> <u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2025</u> <u>Exercício</u>
Rendas de empréstimos FGTS	3.833	6.202
Rendas de empréstimos Consignado	6.240	6.850
Rendas de empréstimos Crédito pessoal	1.844	3.677
Rendas de operações FIDC (*)	582	582
Rendas de Comissão de permanência	<u>46</u>	<u>115</u>
	<u>12.545</u>	<u>17.426</u>

(*) O Banco VR S.A. mantém relação operacional com o V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada, participando da estrutura como prestador de serviços nos

termos contratados, incluindo atividades de bancarização, oferta e endosso de direitos creditórios para a Classe Única do Fundo.

Durante o exercício de 2025, o Banco reconheceu receitas decorrentes dessas operações, à medida em que os serviços foram prestados ao Fundo. As receitas são calculadas com base nos contratos específicos celebrados entre as partes, que preveem remuneração pelos serviços financeiros prestados no âmbito da estrutura do FIDC.

19. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM APLICAÇÕES INTERFINANCEIROS E TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

	<u>31/12/2025</u> <u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2025</u> <u>Exercício</u>
Rendas em operações compromissadas (*)	25.008	48.213
Rendas em títulos e valores mobiliários	<u>-</u>	<u>1.138</u>
	<u>25.008</u>	<u>49.351</u>

(*) As operações compromissadas, são lastreadas em títulos públicos federais, com rendimento pré-fixado de 14,90% a.a. e vencimento em 02/01/2026. Essas aplicações são mensuradas pelo custo amortizado, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratar de ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por principal e juros.

20. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	<u>31/12/2025</u> <u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2025</u> <u>Exercício</u>
Despesas de depósitos interfinanceiro	(441)	(441)
Despesas de depósitos a prazo (*)	(41.371)	(79.041)
Despesas de operações compromissadas	(193)	(509)
Despesas de com fundo garantidor de crédito	<u>(352)</u>	<u>(710)</u>
	<u>(42.357)</u>	<u>(80.701)</u>

(*) As operações de captação no mercado são representadas substancialmente por depósitos a prazo, contratados junto a clientes e investidores institucionais, com o objetivo de financiar as atividades da instituição e compor sua estrutura de passivos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratarem de obrigações contratadas com pagamento de principal e juros em datas determinadas. a principal fonte de captação são CDB's pré-fixados indexados ao 97% do CDI, vencimento entre 02/09/2026 a 30/04/2030.

21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>31/12/2025</u> <u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2025</u> <u>Exercício</u>
Rendas por serviço de pagamento (a)	21.193	39.582
Rendas de tarifas bancárias	<u>5.071</u>	<u>9.556</u>
	<u>26.264</u>	<u>49.138</u>

- (a) Receitas auferidas através de contrato firmado, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2025</u> <u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2025</u> <u>Exercício</u>
Despesas de processamento de dados	(5.482)	(8.429)
Despesas de serviços de terceiros (*)	(4.603)	(6.696)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(769)	(1.426)
Despesas de publicações	-	(108)
Despesas de aluguéis	(85)	(168)
Despesas de comunicações	(58)	(108)
Despesas de amortização e depreciação	(26)	(54)
Outras	<u>(235)</u>	<u>(451)</u>
	<u>(11.258)</u>	<u>(17.440)</u>

- (*) Refere-se principalmente a serviços relacionados a comissões de venda e assessoria em negócios.

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2025</u> <u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2025</u> <u>Exercício</u>
Reversão de provisões diversas	-	637
Reversão de provisões para riscos e obrigações legais (1)	-	6.298
Ganhos de processos judiciais (2)	2.888	2.933
Remuneração de impostos a compensar	128	183
Atualização de depósito judicial	-	1.482
Ressarcimento de despesas	225	225
Receitas de ajuste a valor justo	<u>429</u>	<u>429</u>
	<u>3.670</u>	<u>12.187</u>

- (1) Reversão de provisão e atualização de depósito judicial decorrentes de ganho em processo de execução fiscal movido pela Prefeitura de Barueri, referente à cobrança de ISS sobre locação de bens móveis, cuja ação foi julgada improcedente.

(2) Refere-se principalmente a ganho de ação judicial transitada em julgado, o Banco recebeu o imóvel localizado na Avenida Portugal nº 1695–1713.

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
Provisão (reversão) para risco de crédito	(621)	(2.157)
Despesa perda esperada	(111)	(111)
Obrigações Legais	(1.149)	(1.862)
Desconto concedido	-	(91)
Atualização de provisão risco de fiscais	(481)	(481)
Acordos de processos	(275)	(275)
Outras	<u>(31)</u>	<u>(144)</u>
	<u>(2.668)</u>	<u>(5.121)</u>

25. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração total do pessoal-chave da administração foi de R\$ 158, a qual é considerada benefício de curto prazo.

b) Operações de crédito

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Não há empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

c) Transação com partes relacionadas

Os saldos no semestre findo em 31 de dezembro de 2025, podem ser resumidos como segue:

	31/12/2025		Exercício Receitas (despesas)
	Exercício Ativo (passivo)	2º Semestre Receitas (despesas)	
SZAJMAN PARTICIPACOES SOCIETARIAS S/A (Controladora)			
Depósitos a vista	(1)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(758)	(90)	(48)
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	-
VR DTVM (Controlada)			
Depósitos à vista	(93)	-	-
Captações em depósitos interfinanceiros	(6.382)	(815)	(441)
VR ALUGUÉIS E SERVICOS S/A (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(3)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(18.990)	(2.263)	(1.190)
VR BENEFÍCIOS E SERV. DE PROC. S/A (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(44)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(575.107)	(68.526)	(36.038)
VR DESENVOLVIMENTO DE NEGOCIOS S/A (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(4)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(6.281)	(748)	(394)
VR MOBILIDADE S/A (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(2)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(160)	(19)	(10)
MORUMBI DO BRASIL PROJETOS IMOB. LTDA (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(6)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(3.775)	(450)	(237)
VR IMOVEIS E SERVIÇOS S/A (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(5)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(737)	(88)	(46)
VR PRESTAÇÃO DE SERV. ADM. LTDA (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(4)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(3.340)	(398)	(209)
VR ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(8)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(5.972)	(712)	(374)
VR HOLDINGS S/A (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(6)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(2.080)	(248)	(130)
SMART.NET HOLDINGS S/A (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(6)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(18.011)	(2.146)	(1.129)
VR SHOPPING S/A (Parte Relacionada)			

	31/12/2025		
	<u>Exercício</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Depósitos à vista	(11)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(499)	(59)	(31)
REC FARIA LIMA EMPREEND. IMOBILIÁRIOS S/A (Parte Relacionada)			
Depósitos à vista	(4)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(13.101)	(1.561)	(821)
Outras empresas do grupo			
Depósitos à vista	(213)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(11.394)	(1.358)	(714)
Acionistas e seus familiares:			
Depósitos à vista	(674)	-	-
Captações em depósitos a prazo	-	-	-
TOTAL			
Depósitos à vista	(1.084)	-	-
Captações em depósitos a prazo	(660.205)	(78.666)	(41.371)
Captações em depósitos interfinanceiros	(6.382)	(815)	(441)
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	-

26. ACORDO DA BASILÉIA

O BACEN emitiu a partir de 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- A instituição observa os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.958/2021, que revogou integralmente a Resolução CMN nº 4.193/2013, para fins de apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e do Adicional de Capital Principal (ACP).
- A instituição observa os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.955/2021, que revogou integralmente a Resolução CMN nº 4.192/2013, para fins de apuração dos requerimentos mínimos de capital regulamentar.

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e

o índice de Basileia:

	<u>31/12/2025</u> <u>Exercício</u>
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)	
Patrimônio de referência Nível I	47.151
Patrimônio líquido	47.151
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	<u>156.901</u>
Exposição ao risco de crédito - RWAcpad	135.807
Risco de serviços de pagamento - RWAsp	5.112
Risco operacional - RWAopad	15.982
Patrimônio de referência mínimo exigido	12.552
Índice de Basileia	30,06%

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio de Referência do Banco excedeu em R\$ 34.599, o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

27. OUTROS ASSUNTOS

- Para atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/2017, atualizada pela Resolução CMN nº 5.207/2025, o Banco VR S.A. dispõe de estruturas de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de gerenciamento de capital, compatíveis com seu modelo de negócios, natureza das operações, complexidade dos produtos e perfil de risco.

Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR,

estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição.

Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições.

Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital.

Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

28. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Os outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários, compreendem ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.